

## ARTIGOS

## O FUTURO DO TRABALHO

RENATO B. FUTURO

Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul – Agitza Sindical



Em *O Futuro do Trabalho*, editado em meados dos anos 1980, Domenico de Masi revisita o passado e projeta o futuro no que tange aos avanços tecnológicos e seus impactos sociológicos relacionados ao trabalho. Na verdade, grande parte da projeção de futuro do sociólogo italiano é o presente que vivemos. O avanço tecnológico é, sim, poupador de mão de obra. Os novos postos que se criam em função das novas tecnologias são em menor número e exigem, sim, maior qualificação. Teremos, e já está acontecendo, uma transferência radical de colocação de mão de obra para o setor de serviços, especialmente entretenimento e lazer.

As pessoas terão mais tempo para convivência familiar, nos bairros. A própria organização das cidades, dos setores industriais, comerciais e de serviços serão alteradas, em função dessas mudanças. Embora alguns solavancos neste percurso, como o aquecimento global, a poluição e a eventual inadaptação setorial

a esses novos processos, ao cabo, e não só De Masi pensa assim, chegaremos a uma situação em que teremos condições de remunerar e alimentar dignamente toda a população da Terra. Estaremos então próximos de praticar em sua plenitude o que o

*Chegaremos a uma situação em que teremos condições de remunerar e alimentar dignamente toda a população da terra*

autor chama de “ócio criativo”, uma situação em que trabalhamos, aprendemos e nos divertimos, tudo ao mesmo tempo.

A questão a se resolver, então, e nenhum autor tem soluções, ou prefere não discutir esta questão, é a que diz respeito às desigualdades econômicas e sociais, a distribuição da renda. E, é inevitável assim pensar,

os mais ricos, os detentores do capital, é que terão de ceder mais. Dos menos favorecidos é que não podemos exigir mais sacrifícios. No Brasil de hoje, assolado por desigualdades profundas, corrupção sistêmica, crise política e econômica, beira o escárnio algumas soluções encontradas. As reformas aprovadas, trabalhista e previdenciária, embora reconhecendo a necessidade de reformas, constituem um exemplo clássico do que tentamos mostrar, com efeitos nefastos para os menos favorecidos.

As notícias e estatísticas recentes corroboram o que afirmamos. Caminhamos, infelizmente, com tais medidas, para um acirramento inevitável das relações sociais, aprofundando o fosso entre os mais ricos e os mais pobres. Os sinais são evidentes. Junte-se a tal a monumental crise institucional que enfrentamos e temos aí o caldo de cultura para uma ruptura profunda. É isso o que queremos?

## CRÉDITO PARA O ENSINO DE QUALIDADE

VALTER NAGELSTEIN

Vereador de Porto Alegre



Escolher a escola onde matricular nossos filhos não é tarefa fácil. Além da grade curricular, questões como o quadro docente e sua formação e capacitação, além das instalações da instituição e sua classificação no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) são alguns itens que pais e mães deveriam levar em consideração. Contudo, infelizmente, essa é uma possibilidade restrita a quem pode pagar por uma escola particular. As famílias pobres restam as escolas que têm vagas sobrando — o que faz com que o critério da qualidade do ensino fique em segundo plano. Mas e se essa realidade fosse diferente? Como seria se as crianças das escolas públicas recebessem recursos para estudar nas instituições particulares que quisessem?

No Brasil, a ideia soa inovadora, mas em países da América Latina, como o Chile, por exemplo, o modelo denomi-

nado como cheque-ensino ou voucher escolar já dura 40 anos e consiste na entrega de vales concedidos pelo Estado para os pais escolherem uma escola privada para seus filhos. Concebido pelo economista e professor americano Milton Friedman, o conceito também tem o apoio do

*Como seria se crianças de escolas públicas recebessem recursos para estudar nas instituições particulares?*

presidente Donald Trump, que destina somente para o Estado de Indiana US\$ 22 milhões em vouchers. Observando a realidade brasileira, especialmente a de Porto Alegre, acredito que essa política de educação exige sobretudo boa gestão, pois para

que ela exista as escolas públicas também deverão se reinventar, especialmente no que diz respeito à evasão e à má qualidade do ensino, observadas nas últimas pesquisas.

Retomar as escolas públicas de turno integral e fomentar a existência de instituições técnicas focadas em novas tecnologias pode ser um caminho para a construção de um novo momento da educação no Brasil. Evidentemente que, como todo novo processo, o voucher escolar precisa ser testado, pois cada país tem suas peculiaridades, no entanto, vejo esse formato como uma medida impactante tanto para a reformulação do ensino e suas diretrizes como para a criação de um espaço onde haja uma competição saudável por excelência na educação. Ao final, quem ganha são as famílias, que terão liberdade de escolher a formação mais adequada para as crianças e jovens.

## EM DIA

## FALTOU ESPELHO

PEDRO DUTRA FONSECA

Professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS  
pedro.fonseca@ufrgs.br

Houve um aê quando o ministro Paulo Guedes chamou os servidores públicos de parasitas, mas o fato não pontua no quesito originalidade. Adjetivar negativamente certos trabalhos é tão velho quanto a economia como ciência. Referia-se ele a quem? Servidores de hospitais e postos de saúde? Os que sobram do INSS? Professores? Militares? Policiais? Juizes? Promotores? Quais desses seriam dispensáveis para a sociedade? O ideário liberal costuma desqualificar tudo o que lembra Estado — um paradoxo, pois não há mercado sem um Estado que o institucionalize. Tal visão de mundo resiste a incorporar o conceito de nação. E não só na área social: ao final da Guerra do Paraguai, os então liberais defendiam a extinção do Exército. Gaspar Martins reduziu a proclamação da República a mero golpe militar. O Brasil foi um dos últimos países da América a criar universidades. Ainda hoje, na

maciota, acham um desperdício tanta gente para defender fronteiras, ensinar, pesquisar, em orquestras sinfônicas... A segurança pode ser privada, tecnologia pode-se importar e a educação é cara demais. A ignorância e a vulnerabilidade externa, claro, são mais baratas.

Os primeiros economistas, os fisiocratas, consideravam que só os trabalhadores do setor primário produziam riqueza. Os demais — como do comércio, indústria, bancos — eram “estéreis”, viviam do excedente criado pela agricultura. Adam Smith, Ricardo, Marx e Malthus também faziam a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. Só o trabalho gerador de lucro seria produtivo. O exemplo smithiano: com muitos empregados numa empresa, fica-se rico; com muitos criados numa casa, pode-se ficar pobre. Operários seriam produtivos, aumentam a riqueza; os domésticos, improdutos. O mais inusitado foi Fourier, que enumerou as atividades “inúteis” e pôs no mesmo saco financistas, prostitutas, burocratas, magistrados, clérigos e filósofos “extravagantes”. Este adjetivo visava incluí-lo na exceção? Já Keynes considerava parasitas os rentistas — os que ganhavam sem trabalhar; como os nobres proprietários de terra e especuladores do mercado financeiro, os quais vendem papéis e nada produzem.

Interessante é que, em todas as definições acima, sempre a área de origem do superministro seria enquadrada como “parasitária”. Talvez o único consenso.

Pedro Dutra Fonseca escreve às quintas-feiras, a cada 15 dias. Amanhã: Igor Oliveira, consultor empresarial.

*O Brasil foi um dos últimos países da América a criar universidades*